



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA	
1 - Órgão Solicitante:	Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo - SETE
2 - Termo de Referência/Projeto Básico:	Termo de Referência
3 - Número da Unidade Orçamentária:	A despesa decorrente da contratação correrá da forma a seguir: Programa de Trabalho: Projeto/Atividade nº 11 49 00 00, 11 50 00 00, 11 51 00 00 e 21 79 00 00 Elemento de Despesa: 33.90.30.00 (material de consumo) e 33.90.39.00 (serv. terceiro pessoa jurídica) Fontes de Recursos: 15000100
4 - Descrição de Categoria de Investimento:	() Capacitação () Equipamento de Apoio () Equipamento de TI () Consultoria/Auditoria/ Assessoria () Despesa de Custeio (x) Material de Consumo () Material Permanente () Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física (x) Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica () Serviço de Engenharia
5 - Unidade Administrativa Solicitante:	Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo - (SETE)
6 - Da modalidade e do critério de julgamento:	Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM

1. DO OBJETO

- 1.1. Registro de preços para contratação de Pessoa Jurídica para a futura e eventual prestação de serviços de confecção, fornecimento, impressão e acabamento de material gráfico e correlatos, bem como itens institucionais de comunicação visual, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo - SETE.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

- 2.1. O objeto do presente Termo de Referência, deverá seguir as especificações abaixo e as quantidades informadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. CONS.	QUANT. REG.	VALOR UNIT. MÉDIO ESTIMADO	VALOR TOTAL MÉDIO ESTIMADO
1	Adesivo vinil perfurado em impressão digital colorido e aplicado em local determinado.	m ²	950	1.000		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

2	Adesivo vinil em impressão digital colorido e aplicado em local determinado.	m²	800	1.000		
3	Adesivo 8x8cm com QRCode - formato de panfleto, tamanho A5, papel fotográfico.	UND	300	350		
4	Backdrop: Pannel de lona vinílica; acabamento de bainha reforçada e ilhós de 20/20cm; Tamanhos: 4m x 2m. Colorido 4x4 cores, conforme o solicitado pelo órgão demandante. Arte fornecida pela Assessoria de Comunicação. Base em Material: Estrutura metálica. Acabamento: Zincado;	UND	15	20		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

5	Backdrop: Painel de lona vinílica; Acabamento de bainha reforçada e ilhós de 20/20cm; Tamanhos: 3m x 2m. Colorido 4x4 cores, conforme o solicitado pelo órgão demandante. Arte fornecida pela Assessoria de comunicação. Base em Material: Estrutura metálica; Acabamento: Zincado;	UND	15	20		
6	Bloco personalizado - Formato: 18 x 10 cm; impressão offset, capa em papel tríplice 300g 4x1 – miolo com 100 folhas em Papel offset 90g/m²; e fundo reticulado - 1x1. Acabamento com wire-o.	UND	2.000	2.500		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

7	Cartilha. Formato fechado: 21cm x 15,0cm. Formato aberto: 21cm X 30cm Cor: 4/4 Papel: couchê fosco 170g/m2 Quantidade de páginas: até 20. Acabamento: Canoa (grampo) com saída em fotolito digital com 300dpi.	UND	2.000	2.500		
8	Cartilhas med. 15x21 fechada, Capa papel couchê 150g, impressão 4x4, miolo papel couchê 115g 4x4 cores com até 12 páginas (saída em fotolito).	UND	800	1.000		
9	Cartilhas med. 15x21 fechada. Capa papel couchê 150g, impressão 4x4. Miolo papel couchê 115g 4x4 cores com até 30 páginas (saída em fotolito).	UND	800	1.000		
10	Cartilhas med. 15x21cm fechada. Capa papel couchê 150g, impressão 4x4. Miolo papel couchê 115g 4x4 cores de 40 a 60 páginas (saída em fotolito).	UND	800	1.000		

**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE****SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE****TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026**

11	Cartão de Visita. Formato: 5,0 X 9,5cm. Tipo de papel: supremo 250 g/m². Quantidade de cores: 4X4. Acabamento: corte reto. Tipo de impressão: offset.	UND	4.500	5.000		
12	Cartão de Visita, em PVC, formato 5,5 x 9,5cm, 4/0 cores.	UND	4.500	5.000		
13	Cartaz em papel cartão, formato A1 impressão offset, colorido	UND	4.500	5.000		
14	Cartaz em papel cartão, formato A2 impressão offset, colorido	UND	800	1.000		
15	Cartaz em papel cartão, formato A3 impressão offset, colorido.	UND	800	1.000		
16	Cartaz formato A2 em papel couchê 150gr impressão 4x0.	UND	1.500	2.000		
17	Certificado - Formato: 21 x 29,7cm. Tipo de papel: couchê fosco 230g/m2. Quantidade de cores: 4x1, impressão: offset. Fotolito em 300 dpi.	UND	1.000	1.500		
18	Certificado impressão em papel sulfite 180g 4x0 cores, medindo 25cm x19cm. Personalizado conforme layout fornecido pela SETE,	UND	1.000	1.500		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

19	Crachá em papel cartão 180g, med.14x10cm, com logomarca e arte conforme o evento, colorido, com cordão de nylon colorido.(min.100u nid.)	UND	1.000	1.500		
20	Caderneta Pequena Ecológica, capa dura, medindo 9x14 cm, personalizada.	UND	1.100	1.500		
21	Canetas personalizadas, de metal, cores variadas, cor da tinta azul e preta, fechamento retrátil, tipo de ponta média	UND	800	1.000		
22	Cracha de PVC. Em cores, medindo 8,6x5,4cm, com furo frontal.	UND	800	1.000		
23	Cracha de PVC com cordão, colorido, medindo 8,6x5,4cm, furo frontal, cordão personalizado com suporte, tamanho 85x2cm.	UND	800	1.000		
24	Credencial em papel couché 300g, Impressão: colorida só frente ou frente e verso. Dimensões: 8 x 12 ou 9 x 13 ou 10 x 14cm Laminação: sem laminação ou fosca.(a partir de 100und)	UND	1.500	2.000		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

25	Canetas ecológicas de papelão com detalhes plásticos, carga esferográfica azul ou preta acionamento por clique. PERSONALIZADO!	UND	800	1.000		
26	Display/mesa - Placa de acrílico cristal 3 mm de mesa, medindo 16 x 8,5 cm. em formato L, vertical, com bolso, levemente inclinado.	UND	80	100		
27	Encadernação em formato A4, com espiral e capa (frente e verso) transparente. Papel 75g, liso.	UND	80	100		
28	Encadernação em formato A4, capa dura (de 1 a 1000 unidades). Papelão 200g, colado na lombada, costurado em bloco.	UND	80	100		
29	Etiquetas/tags de identificação, tamanho 6cmx4cm, em papel reciclado.	UND	5.000	5.500		
30	EcoBag- sacolas em tecidos ecológicos, tamanho 33 de largura e 39 de altura personalizada. Conforme modelo fornecido pelo órgão solicitante.	UND	800	1.000		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

31	EcoBag- sacolas em TNT com Alça 35x26,9 personalizada. Conforme modelo e Arte fornecido pelo órgão solicitante.	UND	800	1.000		
32	Envelopamento total de veículo - em impressão digital colorido. Na cor e modelo fornecido pelo órgão	m2	250	300		
33	Envelopamento parcial de veículo - em impressão digital colorido. Na cor e modelo fornecido pelo órgão.	m2	250	300		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

34	<p>FAIXA ADESIVA E IDENTIFICAÇÃO PORTAS DE VIDRO Colorido 4x4 cores, de acordo com o Manual de Identificação. Cores: sem limitações, conforme layout fornecido pela Secretaria de Comunicação. Tamanho: 2m de comprimento x 15 centímetros de altura, podendo variar em até 20% para mais ou para menos. • Material: película vinílica com impressão digital (Mín. 1440 dpi). • Acabamento: Recortado conforme layout. • Produto: Adesivo vinílico autocolante. • Cores: Sem limitações, de acordo com o Manual de Identificação. Fixação: após vinil adesivo impresso, o mesmo deverá ser aplicado nas portas de vidro pelo fornecedor.</p>	UND	130	150		
----	--	-----	-----	-----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

35	Folder Formato: A4. Tipo de papel: couchê brilho 115g/m2. Tipo de impressão: offset. Quantidade de cores: 4x4. Saída em fotolito ou CTP com 300 dpi. Acabamento: 2 (duas) dobras.	UND	4.500	5.000		
36	Folder Formato: A4. Tipo de papel: couchê brilho 150g/m2. Tipo de impressão: offset. Quantidade de cores: 4x4. Saída em fotolito digital com 300dpi ou CTP. Acabamento: 2 dobras.	UND	4.500	5.000		
37	Folder Formato: A6 (40x22cm).Tipo de papel: couchê brilho 115g/m2. Tipo de impressão: offset.Quantidade de cores: 4x4. Saída em fotolito ou CTP com 300 dpi. Acabamento: (de 1 a 3 dobras).	UND	4.500	5.000		
38	Folder Formato: A6 (40x22cm).Tipo de papel: couchê brilho 170g/m2. Tipo de impressão: offset. Quantidade de cores: 4x4. Saída em fotolito ou CTP com 300 dpi. Acabamento: (de 1 a 3 dobras).	UND	4.500	5.000		

**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE****SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE****TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026**

39	Folder Formato: A3. Tipo de papel: couchê brilho 150g/m2. Tipo de impressão: offset. Quantidade de cores: 4x4. Saída em fotolito com 300 dpi ou CTP. Acabamento: de 1 a 3 dobras.	UND	4.500	5.000		
40	FLYER - Formato 16, 4x4 cores, Papel couchê 115 g/m2.	UND	4.500	5.000		
41	FLYER - Formato 16, 4x4 cores, Papel couchê 170 g/m2.	UND	4.500	5.000		
42	FLYER - Formato A4, 4x4 cores, Papel couchê 115 g/m2.	UND	4.500	5.000		
43	FLYER - Formato A4, 4x4 cores, Papel couchê 170 g/m2.	UND	4.500	5.000		
44	Impressão de pasta institucional personalizada, com Bolso na parte interna personalizado. Formato 31x44 cm, papel tripex 300g 4x1.	UND	1.800	2.000		
45	Impressão de Ventarolas de papel personalizadas e coloridas frente e verso med. 21x29,7cm, papel tripex 280g 4x4 e corte personalizado.	UND	2.000	3.000		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

46	Impressão de fotografia Impressão de fotos profissional, revelação em papel profissional fosco/brilho ou similar 30X40	UND	40	50		
47	Lona vinil em impressão digital colorida 440g.	m2	80	100		
48	Lona vinil em impressão digital colorida com estrutura metálica em metalom 20x30 na chapa 18#	m2	80	100		
49	Lona vinil em impressão digital colorida com acabamento em ilhóis em lona 44g	m2	80	100		
50	Lona vinil 280g em impressão digital colorido para banner com acabamento madeirinhas e ponteiros	m2	80	100		
51	Lona vinil para faixa 280g em impressão digital colorida com acabamento e madeirinhas	m2	80	100		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

52	LETRA DE IDENTIFICAÇÃO EM PVC (EXTERNO) • Material: PVC 6mm • Tamanho das letras: Conforme o Manual de Identificação. • Formato das letras: a fonte deverá seguir o layout conforme o Manual de Identificação. • Fixação das letras: o fornecedor deverá se responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme indicação no layout.	m ²	300	350		
53	LETRA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO (INTERNO) • Material: Acrílico preto, bordô ou cinza 10mm • Tamanho das letras: conforme o Manual de Identificação. • Formato das letras: conforme o Manual de Identificação. • Fixação das letras: o fornecedor deverá se responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários.	m ²	300	350		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

54	MOLDURAS PARA FOTOGRAFIAS - Material: MDF • Espessura da moldura: 5mm. • Forma: retangular • Vidro anti-reflexo • Tamanho da moldura montada com vidro e foto: 31cm largura x 39,7cm de altura. • Paspatur preto de 3 cm, deverão seguir o layout fornecido pela Secretaria. • Fixação da moldura: o fornecedor deverá montar as molduras, fixar as fotografias e suas identificações, bem como se responsabilizar pela instalação, na parede, das mesmas com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme indicação no layout. Quanto à foto, será disponibilizada pela secretaria.	UND	80	100		
55	Panfletos - composto de uma folha só, sem dobras. Formato A5(15x21cm) para uso em propaganda explicativa. 4X4Cores, fotolito 300 dpi Papel couchê 120 g/m2.	UND	4.500	5.000		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

56	Placa em adesivo vinil em impressão digital colorida aplicado no PVC expandido 2mm	m2	80	100		
57	Placa em adesivo vinil em impressão digital colorida aplicado no PVC expandido 3mm	m2	80	100		
58	PLACA EM ACRÍLICO/IDENTIDADE ORGANIZACIONAL (Parafusada, botão francês) Espessura da chapa: 4mm. Tamanho da placa: 150mm x 100mm. Cores: cristal, conforme o solicitado pelo órgão demandante	UND	40	50		
59	PLACA EM ACRÍLICO/AÉREA INDICATIVA (Parafusada, gancho, linha nylon) (modelo: placa em acrílico 4mm) Material: Acrílico cristal; Espessura da chapa: 4mm. Tamanho da placa: 80cm x 50cm. Cores: cristal, conforme o solicitado pelo órgão demandante.	UND	40	50		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

60	<p>PLACA INDICATIVA DOS SETORES</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: PVC• Espessura da chapa: 4mm• Tamanho da placa: 40 cm de largura por 13,5 cm de altura.• Cores: Conforme o solicitado pelo órgão demandante.• Material do desenho e dos textos: adesivo transparente espelhado, em cores.• Formato das letras: o texto da placa e a fonte deverão seguir conforme o solicitado pelo órgão demandante.• Tamanho das letras: 40cm de largura por 13,5cm de altura, conforme o solicitado pelo órgão demandante• Fixação da placa: por meio de 4 parafusos prolongadores, (os parafusos e porcas deverão ser fornecidos junto com as placas, que já deverão vir furadas.	UND	50	60		
----	--	-----	----	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

61	PORTA BANNER EM TRIPÉ Características Gerais: Porta Banner; Simples; Com garra; Pedestal em alumínio anodizado, com tripé regulável na altura e pés articulados.	UND	8	10		
62	Pen Drive Personalizado tipo pulseira, material emborrachado com área para gravação da marca destino Acre com 4cm e/ou 6cm, medida da Peça: 22cmx2cm interface, USB 3.0 capacidade de Armazenamento 64GB. Compatível com sistema operacional, Windows, Linux e MacOS.	UND	450	500		
63	Placas QR Code: placas de acrílico para mesa, tamanho aproximado de 14 cm x 21 cm;	UND	80	100		
64	PLOTAGEM COLORIDA DE MAPAS - Plotagem colorida de mapas. Tamanho A3	UND	180	200		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

65	Produção Outdoor – Produção e veiculação de outdoor em papel p/v, medindo 9x3. Pelo período de bi semanas (28 dias). Na cor e modelo fornecido pelo órgão; Local de exposição a ser definido pela secretaria.	UND	12	15		
66	TOTEM DUPLA FACE (adesivado) (modelo: totem em PVC ACM adesivado) colorido 4x4 cores, conforme o solicitado pelo órgão demandante.	M ²	18	20		
VALOR TOTAL MÉDIO ESTIMADO						

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

3.1. A Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo - SETE, desenvolve ações de incentivo ao Turismo e ao Empreendedorismo no Estado do Acre, tendo como missão o desenvolvimento de ações de qualificação profissional da sociedade e geração de emprego e renda, bem como a política de estímulo à criação de negócios e política estadual de turismo;

3.2. Os materiais gráficos serão utilizados para a divulgação de eventos institucionais, promoção dos pontos turísticos do Estado do Acre e diversas outras atividades previstas para o ano de 2026. Essas ações exigem materiais gráficos de alta qualidade, produzidos com agilidade e eficiência. A presente contratação também tem como objetivo garantir que os serviços públicos sejam mantidos em níveis adequados, assegurando o funcionamento contínuo e eficiente das atividades, de modo a atender suas finalidades com economicidade e eficácia.

3.3. A aquisição desses materiais permite a execução das atividades da SETE nas festividades e comemorações que acontecem durante todo o ano, na capital e nos municípios, com vários atrativos que são apresentados a sociedade, entre eles: Dia do Trabalhador, Arraial Cultural, Escolha da Garota Expoacre, Cavalgada, festivais indígenas e festivais de praia, feiras nos bairros, feiras fora do Estado, Expoacre RBR/Juruá, Feira Natalina, Revelion, entre outros, que são pontos estratégicos para o incentivo ao empreendedorismo na geração de emprego e renda, bem como na promoção do turismo, onde a Secretaria atua com atividades que



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

demandam os materiais em tela, visando disponibilizar para a população da região, os pontos turísticos e atrativos da nossa região;

3.4. Isto posto, é estratégico a contratação em tela objetivando fomentar o desenvolvimento econômico regional e cumprimento do papel da secretaria definido por legislação vigente, e para tanto, demonstra-se a necessidade da contratação de empresa para aquisição de materiais gráficos, para atender a Secretaria, especialmente para o atendimento das demandas das Diretorias de Turismo e Empreendedorismo, garantindo a transparência da execução de ações realizadas e/ou apoiadas pela SETE, com vistas a fomentar a atividade econômica do Estado.

3.5. Justificamos que aplica-se ao objeto pretendido desta contratação de empresa para aquisição de materiais/serviços gráficos e de identidade visual, o Princípio da Eficiência da Administração Pública com objetivo do agente público agir com rapidez, perfeição e rendimento (art. 37, CF/88).

3.6. Dessa forma justificamos a necessidade da contratação face ao interesse público de realizar as atividades essenciais atribuídas a esta Secretaria, bem como, atender a imprevisibilidade de novas demandas futuras, além de garantir a manutenção das atividades desenvolvidas no presente exercício, os quais se elencam as atuações do empreendedorismo e turismo nas feiras, datas comemorativas e demais eventos realizados em Rio Branco, no interior do Estado do Acre e fora do Estado.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O presente processo administrativo consubstancia-se nas seguintes normas e demais legislações pertinentes, bem como, pelas normas e condições estabelecidas no presente instrumento:

Lei Federal nº 14.133, e suas alterações, de forma subsidiária	Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos
Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.	Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).	Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências
Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018	Dispõe sobre a proteção de dados pessoais



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

Lei Complementar nº 123/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - CDC	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências

5. DA CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS

5.1. Cumpre ressaltar que os bens elencados, possuem características de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, cujas especificações são usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, e, conforme restou identificado nos fornecedores para o referido objeto.

6. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

6.1. O procedimento para contratação do objeto será realizado mediante licitação na modalidade **PREGÃO, preferencialmente em sua forma ELETRÔNICA, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

6.2. A motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com anecessidade dos serviços demandados, de acordo com o Decreto 11.363/2023.

6.3. Vantagens na utilização do SRP:

6.4. As Notas de Empenho serão emitidas de acordo com as necessidades do órgão participante do SRP.

6.5. Redução de tempo para a aquisição, estoques e dá garantia de suprimentos, com inversão de recursos conforme as necessidades.

6.6. Independe de previsão orçamentária, só se exige quando das contratações, ou seja, a administração tem a discricionariedade de agir conforme suasnecessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.

6.7. Reduz-se o número de licitações, em razão do prazo de validade da Ata de Registro de Preços não está adstrito à vigência dos créditos orçamentários.

6.8. Atende a economia de escala.

6.9. A licitação para o SRP pode ser realizada independentemente de dotação orçamentária, pois não há o dever de contratação imediata.

6.10. Por fim, porque está instituído e regulamentado através da Lei no 14.133/21: Art. 6, XLV, XLVI, Art. 40, II, Art. 78, IV e Art. 82.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

- 6.11. O critério de julgamento deverá ser o de MENOR VALOR POR ITEM, de acordo com o art. 33, inciso I e 34, caput, ambos da Lei nº 14.133/2021, obtido durante a disputa entre os fornecedores participantes do certame licitatório, conforme condições previstas neste instrumento.

7. EXCLUSIVIDADE/BENEFÍCIO ME/EPP

- 7.1. Em cumprimento ao Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, os itens estimados em valores iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), do Termo de Referência, serão destinados à participação exclusiva das microempresas ou empresas de pequeno porte.
- 7.2. O não atendimento à condição acima caracterizará o descumprimento do disposto no art. 49, II da Lei Complementar nº 123/2006, tornando o item de ampla disputa.

8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADE

- 8.1. A empresa vencedora deverá fornecer os bens (objetos) de acordo com as especificações, quantidade e detalhamento contidos neste Termo de Referência.

9. DO ALINHAMENTO AO PLANO INSTITUCIONAL

- 9.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratação Anual da SETE de 2026, conforme exigência estabelecida no art. 18, § 1º, inciso II da Lei 14.133/21.

10. DA PESQUISA DE MERCADO

- 10.1. Para o procedimento do Sistema de Registro de Preços dos materiais (objetos) da presente demanda, foram observadas e realizadas pesquisas de mercado, conforme determinações e cumprimento a Lei nº 14.133/2021 e demais dispositivos legais.
- 10.2. Metodologia aplicada: O valor de referência aferido para o processo de contratação do objeto pretendido, será obtido por meio de média de preços, visando atender aos princípios da eficiência e economicidade na utilização dos recursos públicos, permitindo atingir projeção de valores correspondentes a prática do mercado, sem prejuízo a Administração Pública.
- 10.3. **LOCAL DE ENTREGA:**
- 10.4. Os materiais deverão ser entregues na Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo - SETE, com sede na Av. Floriano Peixoto nº 470, Centro, Rio Branco/AC, CEP.: 69.900-046.
- 10.5. **PRAZO PARA ENTREGA:**
- 10.6. Até 10 (dez) dias a contar do recebimento da Ordem de Entrega emitida pela CONTRATANTE.

11. DAS CONDIÇÕES PARA AQUISIÇÃO

- 11.1. Os materiais deverão ser novos e entregues em suas embalagens originais lacradas, se for o caso, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo ainda estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, procedência, bem



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

como demais informações exigidas na legislação em vigor.

11.2. Não serão recebidos os materiais com especificações em desacordo com as constantes neste Termo de Referência.

a) A Empresa contratada deverá entregar o material em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

b) O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

c) No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

d) Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

12. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

12.1. O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:

12.1.1. **a) Provisoriamente:** Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

12.1.2. **b) Definitivamente:** Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.

12.1.3. c) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.1.4. d) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

12.1.5. e) A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.

12.1.6. f) No ato do recebimento caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, o item será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

12.1.7. g) O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

12.1.8. h) Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento restará suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o saneamento das irregularidades.

12.1.9. i) Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. 1) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. 2) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. 3) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. 4) O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. 5) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14. LOCALIDADE ONDE SE REALIZARÁ A LICITAÇÃO

14.1. Secretaria Adjunta de Compra e Licitações Públicas, situada na Estrada do Aviário nº 927, Bairro Aviário, CEP: 69.900-830 – Rio Branco/AC.

15. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

15.1. Poderão participar deste Pregão, as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sítio www.comprasnet.gov.br.

15.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

15.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

indevido da senha, ainda que por terceiros.

15.4. Não poderão participar deste Pregão:

15.5. Consórcios ou grupo de empresas, cooperativas e/ou associações na licitação;

15.6. Importante registrar que a admissão de consórcios em licitações se constitui em exceção prevista no artigo 15, da Lei nº 14.133/21. Nesse sentido, há casos em que a formação de consórcios pode contribuir para a redução do universo da disputa, da mesma forma em que observando a realidade de um objeto envolto de certa complexidade, a associação tenderia à ampliação da competitividade no certame. Assim, ao sopesar as peculiaridades do objeto a que se pretende contratar e a comprovação histórica de que empresas participantes isoladamente conseguem garantir a competitividade do certame e a fiel execução do objeto, a proibição de consórcio neste certame deve ser entendida como segurança ao interesse público.

15.7. Tal vedação deve-se pelo fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, ampliando sobretudo a competitividade do certame.

15.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021

15.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

15.10. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

15.11. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

15.12. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

15.13. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

15.14. Empresa que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO** quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

16. DO QUANTITATIVO

16.1. O quantitativo a ser registrado é o estipulado neste Termo de Referência, a Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo não estará obrigada a adquirir o quantitativo total, devendo adquirir os materiais sob demanda de acordo com a sua necessidade, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

16.2. Os materiais que não forem adquiridos imediatamente ficarão registrados em ATA para suprir qualquer eventualidade, quando necessário.

17. DA PROPOSTA DE PREÇOS

17.1. As empresas participantes do processo licitatório deverão apresentar na proposta de preços, obrigatoriamente as marcas para os materiais cotados, se houver;

17.2. As propostas de preços deverão ser informadas apenas com duas casas decimais após a vírgula;

17.3. Os preços deverão ser cotados de forma unitária e total dos serviços, já incluídos os tributos, encargos, fretes, seguros e demais ônus;

17.4. **O prazo mínimo de validade das propostas de preços será de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação. Caso não conste o prazo na proposta, esta será considerada inválida pelo referido período (art. 129 da Decreto nº 11.363/2023);

17.5. Os materiais deverão ter obrigatoriamente suas principais especificações descritas, sob pena de desclassificação, tais como: descrição completa, detalhada e individualizada do objeto cotado, com a indicação da procedência quando se tratar de material importado, informando a marca, quantidade e unidade;

17.6. Se houver **indícios de inexecuibilidade da proposta de preço**, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, **deverá ser efetuadas diligências**, na forma do art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

17.7. Em caso de empresas revendedoras ofertar preços mais baixos que os valores praticados pela fabricante e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante, **será obrigatória a realização de diligências** para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta, apresentando:

17.8. Justificativa sobre o preço abaixo de custo, caso contrário, estará infringindo a ordem econômica (art. 36, § 3º, XV da Lei 12.529/2011);

17.9. Apresentação de notas fiscais dos produtos ofertados pelo proponente ou orçamento de preço com a fabricante dos insumos ofertados;

17.10. Apresentação de planilha de custos, contendo as seguintes informações: notas fiscais dos produtos ofertados pelo proponente ou orçamento do produto pela fabricante da marca apresentada, imposto sobre a venda do produto no Estado do Acre, logística e lucro.

17.11. Considerando que o presente processo tem como objeto os serviços de locação de equipamentos, desta forma, a inexecuibilidade da proposta deverá ser apurada com base no inciso II, art. 227, do Decreto Estadual nº 11.363/2023, conforme:

Art. 227. Constituirão indícios de inexecuibilidade da proposta:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

I - em obras e serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

II - em fornecimentos e serviços em geral, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública

17.12. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

17.13. Em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, **em se tratando de preços, deverá ser encaminhado para este órgão realizar as respectivas diligências.**

17.14. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

17.15. **Após a etapa de lances e negociação, o pregoeiro (a) suspenderá a sessão e apresentará a proposta da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar, ao técnico ou equipe técnica da Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo, responsáveis por analisar e expedir o competente parecer técnico sobre os materiais ofertados, o técnico ou equipe técnica deverá sugerir a desclassificação da licitante que não atender a especificação do edital.**

18. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

18.1. Patrimônio Líquido: A ser exigido deve ser de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação.

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. A licitação dar-se-á através de pregão eletrônico, mediante sistema de registro de preços, portanto independe de previsão orçamentária. A indicação da dotação orçamentária só será necessária para a formalização do contrato ou instrumento equivalente.

19.2. Nesse sentido, é o disposto no art. 126º, do Decreto Estadual 11.363/2023:

§ 1º Nas licitações para registro de preços, será dispensado o atesto da existência de créditos orçamentários, sendo suficiente a indicação do código do elemento de despesa correspondente.

Art. 301. No SRP não será necessária a apresentação da dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, sendo, contudo, obrigatória a indicação dos códigos do elemento de despesa e do item do material ou serviço no e-fisco.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
Programa de Trabalho: Projeto/Atividade nº 11 49 00 00, 11 50 00 00, 11 51 00 00 e 21 79 00 00	Elemento de despesa: 33.90.30.00 - Material de Consumo e 33.90.39.00 (Serv. Terceiros Pessoa Jurídica)	Fonte de Recursos: 15000100 RP

20. RESPONSABILIDADE DAS PARTES

20.1. Das Obrigações da Contratada:

20.1.1. A qualidade dos produtos deverá ser rigorosamente àquele descrito no Termo de Referência, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele;

20.1.2. A Contratada deverá proceder o fornecimento de materiais conforme demanda, mediante empenho ou ordem de fornecimento;

20.1.3. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitados pela SETE.

20.1.4. Entregar o material durante o expediente, previamente acordados com os fiscais;

20.1.5. Reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado pela autoridade competente, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos materiais do contratante, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores;

20.1.6. Substituir, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da data da notificação, os produtos entregues, caso se apresentem impróprios para consumo;

20.1.7. Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do contratante;

20.1.8. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;

20.1.9. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida neste Termo de Referência, sem prévia anuência do Contratante. Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo Contratante, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontratado.

20.2. Das Obrigações da Contratante:

20.2.1. Permitir acesso dos empregados do contratado ao local de fornecimento do material;

20.2.2. Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado;

20.2.3. Comunicar a empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição dos materiais;

20.2.4. Receber e conferir os materiais com base nas especificações contidas no Edital e anexos;

20.2.5. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de designação de fiscal;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

- 20.2.6. Atestar os materiais recebidos, mediante relatório circunstanciado;
- 20.2.7. Notificar o fornecedor sobre eventuais atrasos na entrega dos materiais e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste termo de referência, no edital ou no contrato;
- 20.2.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens que as empresas vencedoras entregarem fora das especificações deste Termo de Referência, no Edital ou Contrato;
- 20.2.9. Devolver os materiais que, recebidos provisoriamente, apresentarem discrepância em relação às especificações contidas neste Termo de Referência, no Edital ou Contrato;
- 20.2.10. Solicitar reparação/substituição dos materiais do contrato que apresente vício aparente ou oculto e defeito de fábrica;
- 20.2.11. Fornecer as artes gráficas para impressão ao contratado por e-mail; ou com uso de serviços de armazenamento em nuvem;
- 20.2.12. Aplicar ao fornecedor as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, em caso de descumprimento contratual;
- 20.2.13. Efetuar o pagamento dos materiais nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, Edital e Contrato.

21. DO CONTROLE DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- 21.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 21.2. Nos termos do art. 117, da lei nº 14.133/2021 e art. 18, XXI, § 3º, do Decreto nº 11.363/2023, a CONTRATANTE **designará um representante** para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, anotado em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 21.3. **Os gestores e fiscais de contratos deverão ser previamente designados**, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico.
- 21.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 21.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 21.6. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 21.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

21.8. **FISCAL DO CONTRATO**

21.8.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

21.8.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

21.8.1.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

21.8.1.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

21.8.1.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

21.8.1.5. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

21.8.1.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

21.8.1.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

21.8.1.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

21.8.1.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

21.8.1.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

21.8.1.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

21.8.1.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

21.8.1.13. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

21.8.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

21.8.1.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

- 21.8.1.16. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 21.8.1.17. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 21.8.1.18. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 21.8.1.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 21.8.1.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 21.8.1.21. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos servidos efetivamente realizados;
- 21.8.1.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 21.8.1.23. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e
- 21.8.1.24. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

21.9. **GESTOR DO CONTRATO**

- 21.9.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
 - 21.9.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
 - 21.9.1.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
 - 21.9.1.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
 - 21.9.1.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
 - 21.9.1.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
 - 21.9.1.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
 - 21.9.1.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

- 21.9.1.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 21.9.1.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 21.9.1.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 21.9.1.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 21.9.1.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 21.9.1.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 21.9.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 21.9.1.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 21.9.1.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
- 21.9.1.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas
- 21.9.1.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões
- 21.9.1.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 21.9.1.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 21.9.1.21. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 21.9.1.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

22. DOS IMPEDIMENTOS

22.1. É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento desta Contratante, bem como a prestação de serviço por empregado de licitante fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.

23. DA CAPACIDADE TÉCNICA

23.1. As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

23.2. Podendo ser exigido em diligência da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato de fornecimento de materiais ou de prestação de serviço ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

23.3. Apresentar Declaração de Disponibilidade dos recursos indicando as instalações e aparelhamento adequados e disponível para a realização do objeto da licitação (art. 67, III, da Lei nº 14.133/21).

24. DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

24.1. O pagamento dos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

24.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante:

Consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF)

Ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS):

Ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ.

Certidão Negativa de Débitos Estadual, referente ao domicílio ou sede da licitante.

Certidão Negativa de Débitos Municipal, referente ao domicílio ou sede da licitante.

Certificado de Regularidade FGTS.

Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

24.3. Para credores de outros Estados, que não possuem CADASTRO DE CREDOR, os formulários, as cópias da documentação e o comprovante do pagamento podem ser enviados para o endereço de e-mail: cadastrodecredoresac@gmail.com para a efetivação do cadastro.

24.4. Os empenhos são feitos através do sistema da Secretaria de Estado da Fazenda, portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema, que pode ser feito da seguinte forma: 1. Formulário de Cadastro de Credor Pessoa Jurídica, devidamente preenchido e assinado pelo titular, sócio ou procurador legal da empresa através do link: <http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=434> (Pessoa Jurídica - Inclusão). 2. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica (CNPJ). 3. Ficha de Inscrição e Atualização Cadastral (FAC) (quando se tratar das classes “9 – Fornecedor” e/ou “12 – Prestador de Serviços”). 4. Comprovante de Endereço atualizado. 5. Documentos pessoais do titular, sócio ou procurador legal da empresa: RG, CPF e Comprovante de Endereço atualizado. 6. Comprovante da conta com a identificação da instituição bancária e com o nome completo do credor, tais como: contrato de abertura da conta, extrato atualizado, comprovante de depósito ou cartão da conta (frente e verso), a fim de se comprovar que a conta corresponda à conta bancária indicada no Formulário. 7. Documento de Arrecadação Estadual – DAE (Taxa de Expediente – R\$ 37,26), acompanhado de seu comprovante de pagamento ou autenticação bancária; (Código DAE: Tipo de receita - 41 (Taxa de Expediente), Código Classe - 41 - 2 (Requerimentos referentes a pedidos diversos), Código sub classe - 41 - 2 - 10 (Inscrição no Cadastro de Credores), Código do nível - 41 - 2 10 - 2 (Pessoa Jurídica) e Código do subnível - 41 - 2 - 10 - 2 - 1 (Inclusão). O Prazo de Atendimento é de 3 (três) dias úteis, a contar do efetivo recebimento da solicitação; Para credores de outros Estados, os formulários e as cópias da documentação podem ser enviados para o endereço de e-mail: dicad@sefaz.ac.gov.br; WhatsApp para contato com o setor de cadastro de credor: (68) 32127645 (SEFAZ/AC).

24.5. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo - SETE;

CNPJ: 13.127.442/0001-45;

Avenida Floriano Peixoto, nº 470 - CEP 69.900-046 -Centro;

24.6. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

24.7. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

24.8. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

seguinte:

$EM = (N \times VP \times I) / 365$, onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

24.9. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Avenida Floriano Peixoto, nº 470, CEP 69.900-046 - Centro - Rio Branco - AC, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

24.10. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

24.11. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

24.12. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

24.13. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

25. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

25.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

25.2. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.

26. DA VIGÊNCIA

26.1. O Termo de contrato terá como termo inicial de vigência a data de sua assinatura, e sua duração ficará adstrita ao exercício 2026 e subsequentes, em caso de renovação contratual dentro dos termos da Lei nº 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

26.2. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

26.3. A contratante poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, observando-se os §§ 1º e 2º do art. 106, da Lei 14.133/2021.

26.4. **DA EFICÁCIA**

26.5. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Estado do Acre é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

26.6. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

26.7. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

26.8. Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

27. **DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

27.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

27.2. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

27.3. Caberá à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

27.4. Enquanto eventuais solicitações de revisão/ajuste de preços estiverem sendo analisadas, a **Contratada não poderá suspender o fornecimento de materiais e serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.**

27.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os serviços a partir da data do protocolo do pedido

27.6. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

27.7. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.

27.8. **DA REVISÃO**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

27.8.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

27.8.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

27.8.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

27.8.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

27.8.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos materiais/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

27.8.6. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

27.9. DO REAJUSTE

27.9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

27.9.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajustes após um ano, admitida a adoção de índices como o IPCA ou outros índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela, prevalecendo o menor índice na data do reajuste, desde que a prorrogação do vínculo represente situação mais vantajosa para a Administração;

27.9.3. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

28. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

28.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme o



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

estabelecido no art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e Art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

28.2. **Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.**

28.3. A Licitante vencedora deverá comparecer para firmar a ATA de registro de preços, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da convocação.

28.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir o material objeto desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

28.5. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

28.6. A contratação decorrente desta Ata será formalizada mediante contrato ou documento equivalente.

28.7. Mediante a retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento do material, estará caracterizado o compromisso de entrega dos mesmos.

28.8. A ata de registro de preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 do Decreto nº 11.363/2023.

28.9. O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

28.10. **A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.**

28.11. **A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização**, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preço.

28.12. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciado.

28.13. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder**, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata** de registro de preços para o



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e a soma de todas as adesões à ata de registro de preços **não poderá exceder**, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item registrado na ata** de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

29. DA SUBCONTRATAÇÃO

29.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.

30. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

30.1. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo (art. 92, XIV da Lei 14.133/21);

30.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 249, § 4º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

30.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada “**se houver**”, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

30.4. O atraso nos serviços para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

30.5. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora (art. 334, § 5º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

30.6. O licitante penalizado com as sanções de impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será registrado no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre, com registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS ou Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF após a comunicação ao órgão ou entidade promotora da licitação pelo órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção (art. 148, VIII, Parágrafo único, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

30.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no edital.

30.8. As sanções previstas nas art. 156 §7º poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no inciso II, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/21.

30.9. Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 137, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 138, ambos da Lei Federal nº. 14.133/21.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

- 30.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 30.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 30.12. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.
- 30.13. O valor da **multa aplicada após regular processo administrativo**, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão indicado no item 4 deste Termo de Referência, **acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês**.
- 30.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Secretaria Adjunta de Licitações - SELIC, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 30.15. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 30.16. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão solicitante, durante a execução do contrato.
- 30.17. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.
- 30.18. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.
- 30.19. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.
- 30.20. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada na SETE, até 48 (quarenta e oito) horas anterior à data prevista para a execução do serviço e ou fornecimento do materiais.
- 30.21. Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

Advertência;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

Multa;

impedimento de licitar e contratar; e

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

30.22. **A multa** é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será **aplicada nos seguintes limites máximos:**

0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;

0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizado, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;

2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e,

10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame.

31. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

31.1. Os preços registrados, assim como as responsabilidades assumidas pela futura Contratada, serão válidos pelo período de 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato da Ata podendo ser prorrogado por igual período de acordo com o art. 84 da Lei 14.133/21;

31.2. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços variarão:

31.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da detentora da Ata e a retribuição da SETE-AC para a justa remuneração dos produtos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;

31.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;

31.5. Fica facultado a SETE-AC realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela detentora da Ata

31.6. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da SETE-AC, porém contemplará as entregas realizadas após a data de entrega do pedido de repactuação de preços no Protocolo da Secretaria de Turismo e Empreendedorismo do Estado do Acre, não seaplicando o



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

reajuste de preços sobre as compras já consignadas e/ou sobre as que estiverem em andamento;

31.7. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a detentora da Ata não poderá suspender a entrega dos materiais solicitados e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

32. RESCISÃO CONTRATUAL

32.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.

32.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos.

32.3. Em eventual rescisão de contrato, se a interrupção das atividades em andamento vier a causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias, para a rescisão obter eficácia. Durante este prazo, a CONTRATADA não poderá negligenciar a execução dos serviços ora contratados.

32.4. Em caso de rescisão, fará jus a CONTRATADA, ao valor dos serviços realizados anterior a rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

32.5. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

32.5.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

32.5.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

32.5.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

32.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa;

32.7. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

32.8. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste instrumento e na Legislação Brasileira;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

32.9. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

33. DAS CONDIÇÕES GERAIS

33.1. A empresa deverá possuir ou providenciar o Cadastro de Credor junto à Secretaria de Fazenda do Estado do Acre – SEFAZ/AC, para emissão de Nota de Empenho.

33.2. Caso não possua cadastro de credor, deverá providenciá-lo, no máximo em 03 (três) dias úteis, após a comunicação por parte da SETE. A pedido da empresa, tempestivamente, esse prazo poderá ser dilatado por igual período, caso não haja prejuízos a SETE, mediante aceite do servidor lotado no setor demandante e subscritor deste Termo de Referência.

33.3. No valor global da proposta apresentada deverão estar inclusos impostos, fretes, encargos sociais e demais despesas, pertinentes ao do objeto licitado.

33.4. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor com suas posteriores alterações e legislação correlata.

Márcia da Silva

Chefe da Divisão de Licitação e Compras
Portaria SETE nº 58, de 04 de Abril de 2023
(Elaborador)

Sâmara Thalita Ferreira

Diretora Administrativa e Financeira
DECRETO Nº 10.831-P, DE 8 DE JULHO DE 2025
Requisitante

MARCELO MESSIAS DE CARVALHO

Secretário de Estado de Turismo e Empreendedorismo - SETE
Decreto nº 2.122-P, 1º de Março de 2023
(Autoridade/Aprovação)



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS NECESSÁRIOS
PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

A empresa....., inscrita no CNPJ nº e inscrição estadual, estabelecida na, na cidade de, telefones, e-mail através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA expressamente, sob pena da Lei que:

1. Dispõe de toda a estrutura e recursos necessários para execução do objeto especificado no certame licitatório – PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º xxxx/2026- COMPRASGOV N.º xxxx /2026 em especial os seguintes:

- 1.1 Instalações físicas; **APRESENTAR (Relatório fotográfico)**
- 1.2 Dos equipamentos necessários para execução do objeto; **APRESENTAR (lista dos equipamentos)**
- 1.3 Mão de obra qualificada; **APRESENTAR (comprovação dos funcionários)**

2. Dessa forma, encontra-se apta à perfeita execução das atividades especificadas.

Rio Branco – Acre, ____ de _____ de 2026.

ANEXO II



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026

CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO DE PREÇO INEXEQUÍVEL (VALOR MUITO BAIXO)

(conforme Art. 59, §3º da Lei nº 14.133/2021)

1. Proposta com Valor 50% Inferior ao Estimado

Caso a proposta apresentada seja igual ou inferior a 50% do valor estimado pela Administração, será considerada presumivelmente inexecutável, exceto se a licitante apresentar:

- Justificativa técnica ou econômica detalhada, comprovando sua capacidade de execução com aquele valor;

Documentação comprobatória, como:

- Estrutura operacional própria que reduz custos;
- Economia de escala;
- Estoque prévio de insumos;
- Isenção de tributos por regime especial;
- Doações, patrocínios ou subsídios válidos;
- Qualquer outro fator real que reduza os custos de forma sustentável.

A Administração poderá exigir comprovação documental da exequibilidade, conforme Art. 60, §1º.

“A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo de até 04 (quatro) horas, planilha detalhada de composição de custos, contendo no mínimo: insumos, mão de obra, equipamentos, encargos sociais, tributos, logística e margem de lucro.”

E:

“A não comprovação da compatibilidade entre custos e preços ensejará desclassificação.”

10.3. Após a etapa de lances e negociação, o pregoeiro (a) suspenderá a sessão e apresentará a proposta da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar, ao técnico ou equipe técnica da Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo, responsáveis por analisar e expedir o competente parecer técnico sobre os materiais ofertados, o técnico ou equipe técnica deverá sugerir a desclassificação da licitante que não atender a especificação do edital.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000003/2026



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA DA SILVA**, em 23/04/2026, às 11:36, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CPC09924 7B8F89E7 D0071E02 A08CFD17** e código CRC **A7B265**